

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA

Estudo Técnico Preliminar 237/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23114.919481/2025-11

2. Do objeto

EXECUÇÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO TOTAL DE MATERIAIS, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, NECESSÁRIOS À REFORMA DA REDE DE ENTRADA DE ENERGIA DO PVA E MELHORIAS NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, SITUADAS NO CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, CIDADE DE RIO PARANAÍBA, MINAS GERAIS.

OBRAS E SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS EM VIGOR, PROJETO BÁSICO, ESPECIFICAÇÕES, CADERNO DE ENCARGOS, PLANILHAS E DETALHAMENTOS CONFORME APRESENTADO, ATENDENDO AO DISPOSTO NA LEI Nº 14.133/2021.

O TERMO “OBRA”, NO CASO, ABRANGE:

1. ACOMPANHAMENTO DE OBRA;
2. SERVIÇOS INICIAIS
3. ILUMINAÇÃO
4. ALIMENTAÇÃO PVA.

PRAZO DE EXECUÇÃO DE 30 DIAS CORRIDOS.

VALOR TOTAL: R\$ 413.484,07 (QUATROCENTOS E TREZE MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS).

3. Descrição da necessidade

Justificativa da necessidade da melhoria da iluminação em alguns pontos, com foco principal na melhoria de segurança nos locais que estão com iluminação deficiente

4. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|-------------------------------|---------------------------|
| Diretoria de Projetos e Obras | Bianca Nespoli Cortez |
| Pró-Reitoria de Administração | Leonardo de Assis Vidigal |

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1.1. A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para *execução da* REFORMA DA REDE DE ENTRADA DE ENERGIA DO PVA E MELHORIAS NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA UFV CRP A contratação deverá ser realizada através de Concorrência Eletrônica. A fiscalização dos serviços executados estará a cargo de servidor designado pela Administração.

5.1.2. *A contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, na forma dos artigos 5º e 6º da IN 01 da SLTI do MPOG, de 19 de janeiro de 2010. Os critérios de sustentabilidade da demanda deverão estar alinhados com Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União e normativos correlatos.*

5.1.3. A contratação será por empreitada por preço unitário, para execução imediata e de natureza não contínua, sendo o critério de julgamento menor preço global.

5.1.4. Por se tratar de serviço de engenharia/obra o objeto deste instrumento, faz-se necessária a comprovação de qualificação técnica dos profissionais pertencentes ao quadro permanente da empresa. Nesse contexto, deverá apresentar documento que consolide todas as comprovações técnicas supracitadas a serem apresentadas pelos proponentes, com menção a cada Certidão de Acervo Técnico e/ou respectivo Atestado de Capacidade Técnica.

5.1.5. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas no Termo de Referência

6. Levantamento de Mercado

Para elaboração da estimativa orçamentária apresentada neste processo, foram utilizadas como fonte de consulta de preço as planilhas de serviços e insumos do SINAPI - MG - 09/2025, SETOP – MG - REGIÃO ALTO PARANAÍBA - 07/2025. Procedeu-se o cálculo do valor da obra usando as referências **com desoneração**,

chegando ao valor de **R\$ 427.040,40**, e usando as referências **sem desoneração**, chegando ao valor de **R\$ 413.484,07**. Para a licitação foi adotada a estimativa orçamentária de menor valor, mais favorável à administração pública, obtida com as referências **SEM DESONERAÇÃO**.

Para itens que não existem nas fontes citadas acima, foram elaboradas composições de custo afim de representar os serviços a serem executados.

As composições de custo apresentadas neste processo, foram elaboradas conforme a instrução normativa SLTI/ MPOG Nº 7/2014 e Acórdão 7290/2013 utilizando, portanto, as planilhas do SINAPI e SETOP.

Para os itens (insumos e serviços) que não constam nas fontes utilizadas (SINAPI e SETOP), buscou-se realizar cotações no mercado local. Para estes itens, buscou-se realizar, no mínimo, três cotações, entretanto, conseguiu-se apenas duas cotações, apesar da busca com outros fornecedores, não foi obtido retorno com envio de cotação. Para os valores cotados no mercado local utilizou-se o mínimo valor obtido.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. Contratação de empresa de engenharia especializada REFORMA DA REDE DE ENTRADA DE ENERGIA DO PVA E MELHORIAS NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA UFV CRP.

7.2. A contratada será responsável pela mão de obra e fornecimento de todo o material a ser utilizado e empregado na obra.

7.3. Os serviços a serem prestados na REFORMA DA REDE DE ENTRADA DE ENERGIA DO PVA E MELHORIAS NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA UFV CRP estabelecendo-se o custo na planilha orçamentária.

7.4. Execução de serviços, consistirá:

1. ACOMPANHAMENTO DE OBRA;
2. SERVIÇOS INICIAIS
3. ILUMINAÇÃO
4. ALIMENTAÇÃO PVA.

7.5 . PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 30 dias corrido.

7.6. Analisando as alternativas disponíveis e que atendam às necessidades da área requisitante, considerando a viabilidade técnica e econômica, a solução proposta é a contratação de empresa do ramo de construção civil para a execução do objeto em questão, através de procedimento licitatório na modalidade de Concorrência Eletrônica.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa foi definida pela Diretoria de Projetos e Obras, conforme projetos, planilhas orçamentárias, apresentadas anexo ao processo 23114.919481/2025-11.

9. Estimativa do Valor da Contratação

O valor de contratação é de R\$ 413.484,07 (QUATROCENTOS E TREZE MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS).

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Obra de pequeno porte, com serviços bem definidos o que não justifica o parcelamento do objeto.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Contratação interdependentes.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Essa contratação está alinhada com o Planejamento Anual de Contratação 2025 da Universidade Federal de Viçosa com dotação orçamentária

13. Resultados Pretendidos

Os resultados é a melhoria da iluminação em alguns pontos, com foco principal na melhoria de segurança nos locais que estão com iluminação deficiente.

14. Providências a serem Adotadas

14.1- O Recebimento dos serviços obedecerão, no que couber, ao disposto na Lei Federal nº14133/2021 e demais legislações pertinentes.

14.2-Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando no Diário de Obras todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário para à regularização de falhas ou defeitos observados.

14.3- O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15. Possíveis Impactos Ambientais

- Geração de resíduos;
- Geração de ruídos;
- Geração e disposição de entulhos de forma inadequada;
- Exploração de matérias-primas
- Consumo de energia.

A empresa contratada deverá utilizar na execução da reforma as melhores práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando-se os critérios indicados abaixo:

Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA;

Adoção de práticas que evitem desperdícios de água potável; Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos;

Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços.

Especificamente para papéis e latas de alumínio deve-se contatar as Associações e/ou Cooperativas locais de catadores de materiais recicláveis;

Práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilize a fonte ecológica recomendada pela Advocacia Geral da União, que se encontra disponível para download no seguinte endereço eletrônico: www.agu.gov.br/ecofont;

Adoção de uso preferencialmente de papel não clorado na impressão de documentos e relatórios; Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos;

Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA Nº 257 /1999;

Atendimento aos padrões indicados pela Resolução CONAMA Nº 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento;

Fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança necessários para execução dos serviços (EPI's);

Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação empresas que tenham certificação ambiental;

Estímulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais;

Considerando as recomendações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis para execução de obras e serviços de engenharia, tratando-se de atividades potencialmente polidoras, devem ser promovidas ações para prevenção da geração de resíduos e a gestão dos resíduos gerados.

Práticas ambientais sustentáveis visam a otimização de recursos, redução de desperdícios e redução dos índices de poluição e deverão ser observados pela Contratada;

A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

I) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de preservação de material para usos futuros;

II) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

III) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

IV) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

c) Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota-fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

Quanto a mão de obra, a Contratada deverá obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego realizando treinamentos dos seus funcionários periodicamente;

Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados, durante a vigência do contrato, para redução do consumo de matérias primas, de energia elétrica e de água, observadas as normas ambientais vigentes;

A contratada deverá contribuir para o bom desempenho ambiental do objeto da contratação;

Responsabilizar-se pelo recolhimento, transporte e descarte final adequado de todo o material por ela utilizado, durante a execução dos serviços;

Atuar junto aos supervisores e encarregados, como facilitadores das mudanças de comportamento das equipes técnicas de execução da Contratada;

Atender as Normas (NBRs) e a legislação ambiental Brasileira, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Com base neste estudo técnico preliminar a equipe declara essa contratação viável.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BIANCA NESPOLI CORTEZ

Setor técnico-Diretoria de Projetos e Obras

FLAVIA VENTURA SILVA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 02/12/2025 às 09:46:58.